

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Planos 1 e 2	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,88% a.a.(*)	5,74% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMS sb v.2015 (-20)	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	a um benefício de aposentadoria integral	a um benefício de aposentadoria integral

(*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,45% em 2022 e de 5,22% em 2021.

(**) Tábua biométrica de mortalidade geral para a RGE Sul é BR-EMSsb v.2021 por sexo.

18.6 - Ativos do plano: As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, administrados pela Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022. A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	Plano 1		Plano 2	
	2022	2021	2022	2021
Renda fixa	75%	78%	74%	77%
Títulos públicos federais	66%	68%	64%	65%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	4%	3%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	2%	3%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%	4%	4%
Renda variável	12%	12%	14%	14%
Fundos de investimento em ações	12%	12%	14%	14%
Investimentos estruturados	9%	7%	8%	5%
Fundos de investimento multimercado	9%	7%	8%	5%
Cotados em mercado ativo	97%	98%	96%	97%
Imóveis	1%	1%	1%	1%
Operações com participantes	2%	2%	3%	3%
Outros ativos	-	-1%	-	-1%
Depósitos judiciais e outros	-	-1%	-	-1%
Não cotados em mercado ativo	3%	2%	4%	3%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Metas 2023 - Fundação Família Previdência	
	Plano 1	Plano 2
Renda fixa	72,0%	71,9%
Renda variável	10,2%	10,8%
Imóveis	1,0%	1,2%
Empréstimos e financiamentos	1,8%	2,6%
Investimentos estruturados	15,0%	13,5%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%
	100,0%	100,0%

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2022 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos é o Estudo de Asset Liability Management - ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano. Os estudos levam em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos das classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazo, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício. **18.7 - Análise de sensibilidade:** As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33. • Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 10.444 no plano 1 e R\$ 14.288 no plano 2 (redução de R\$ 10.017 no plano 1 e R\$ 13.691 no plano 2). • Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 7.400 no plano 1 e R\$ 10.770 no plano 2 (aumento de R\$ 7.172 no plano 1 e R\$ 10.476 no plano 2). A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a.. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade. **18.8 - Risco de investimento:** Os planos de benefícios da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia. Os planos de benefícios da Companhia tem sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família

Previdência utiliza ainda, o *Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição à risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco. A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

19 TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.355	1.114
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.937	7.937
Bandeiras tarifárias e outros	1	133.549
Total	9.292	142.599

Bandeiras tarifárias e outros - O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021. A partir de janeiro de 2022 a bandeira tarifária passou a ser registrada no grupo de Ativo e passivo financeiro setorial.

20 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	14.659	10.170
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	7.766	7.704
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22.425	17.875
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	115.806
Programa de integração social - PIS	8.412	5.293
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	39.138	24.862
Outros	18.456	13.960
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	66.007	159.921
Total Circulante	88.432	177.796
Não circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	7.138	6.906
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.016	1.896
Imposto de renda e contribuição social a recolher	9.154	8.802
Total Não circulante	9.154	8.802

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. **Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS** - a redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: (i) redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e (ii) não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

21 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	83.841	39.054	75.682	41.612
Cíveis	68.577	12.072	104.178	24.882
Fiscais	20.764	42.829	19.058	39.649
Regulatórios	34.645	-	15.909	-
Outros	369	-	369	-
Total	208.196	93.954	215.196	106.144

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021		Adições		Reversões		Pagamentos		Atualização monetária		Saldo em 31/12/2022	
	Trabalhistas	75.682	24.849	(6.055)	(19.466)	8.832	83.841					
Cíveis	104.178	68.858	(28.976)	(92.941)	17.457	68.577						
Fiscais	19.058	417	(69)	(328)	1.686	20.764						
Regulatórios	15.909	16.819	-	-	1.918	34.645						
Outros	369	-	-	-	-	369						
Total	215.196	110.943	(35.100)	(112.735)	29.893	208.196						

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: a. **Trabalhistas** - os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e equiparação salarial. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização; b. **Cíveis** - as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros; c. **Fiscais** - os processos fiscais são relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISSQN, SAT e ICMS, cujas discussões são mantidas na esfera administrativa e judicial; d. **Regulatórios** - os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador; e e. **Outros** - referem-se a Autos de Infração da AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS. **Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim representadas:

	31/12/2022	31/12/2021	Principais causas
Trabalhistas	289.726	325.171	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.016.744	1.005.363	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos
Fiscais	1.119.564	1.056.046	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	580.542	546.262	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	79.320	48.394	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	3.085.896	2.981.235	

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

22 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	220.192	112.063	84.754	75.415
Programa de eficiência energética - PEE	135.235	137.480	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	54.235	70.116	16.348	1.451
EPE/FNDCT/PROCEL (*)	15.232	21.560	-	-
Adiantamentos	18.344	15.219	2.051	3.084
Descontos tarifários - CDE	26.515	19.194	-	-
Folha de pagamento	4.137	3.754	-	-
Participação nos lucros	21.206	16.940	2.119	1.933
Convênios de arrecadação	38.239	38.935	-	-
Garantias	-	-	823	993
Outros	12.584	6.786	49.079	34.934
Total	545.918	442.046	155.174	117.810

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. O saldo no passivo não circulante de R\$ 84.754 (R\$ 75.415 em 31 de dezembro de 2021), refere-se à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho ANEEL nº 288 (nota 35). **Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à Conta de desenvolvimento energético ("CDE") em favor da modicidade tarifária. **Adiantamentos:** referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes. **Descontos tarifários - CDE:** refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE. **Participação nos lucros:** em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. **Convênios de arrecadação** - referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros. **Outros:** refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S.A.	123.676	10,99
Total	1.125.427	100,00

23.1 - Gestão do capital: A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador. A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA. Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,40 vezes o EBITDA em 2022 (2,63 vezes em 2021), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. **23.2 - Capital social:** Através da AGO/E de 28 de abril de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.857, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2021 sem emissão de novas ações. **23.3 - Dividendo e Juros sobre capital próprio ("JCP"):** Na AGO/E de 28 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2021, através de (i) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 591.850, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 525,89679126. Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2022: Na AGE de 12 de dezembro de 2022, foi aprovada a declaração de dividendos intermediários no valor de R\$ 67.407, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022. Dividendo mínimo obrigatório proposto no montante de R\$ 185.718, que será deliberado na AGO em abril de 2023. No exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 659.258 de dividendos. **23.4 Reserva de capital:** Refere-se A benefício fiscal do Intangível Incorporado, oriundo das incorporações da CPFL Jaguariúna e da Rio Grande Energia de R\$ 163.105. **23.5 Reserva de lucros:** O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.047.448, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 288.073, (ii) Reserva de lucros a realizar R\$ 355.275 e (iii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R\$ 404.100. **23.6 Resultado abrangente acumulado:** É composto por: • entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 88.305 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2); • efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquidos dos efeitos tributários com saldo credor de R\$ 3.343 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48; **23.7 - Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.065.789	
Reserva legal	(53.289)	
Reserva de lucros a realizar	(355.275)	
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(404.100)	
Dividendos intermediários	(67.407)	
Dividendo mínimo obrigatório	(185.718)	

Considerando avaliações da controladora da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 404.100 à reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 355.275, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração.

24 LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação - básico: O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	1.065.789	976.685
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	1.125.427	1.125.427
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	947,01	867,83

Nos exercícios de 2022 e 2021 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.